S.O.S! Hospital das Clínicas da UFMG

salvemos um patrimônio público da saúde e da educação em Minas Gerais



APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES-SN

- EDITORIAL -

S.O.S! HOSPITAL DAS CLÍNICAS

Ser moderno hoje é acusar o setor público de má administração. Desta forma, passa-se a idéia de que é suficiente uma administração privada para sanar todos os problemas. Consegue-se, assim, o apoio da população que conhece o Estado brasileiro e a sua prática clientelista e patrimonialista. Um Estado voltado para atender a interesses individuais, portanto em que cada um procura conseguir o seu benefício pessoal. Cada pessoa se acostumou a ser excluída ou a receber doações, presentes e favores, e não o seu direito: o direito do cidadão.

A partir daí, a relação que se estabelece entre o presumível cidadão e a filantropia tradicional é a de gratidão (pelo favor prestado) e não a da autonomia pelo direito conquistado. A organização e a luta dos movimentos sociais é que trazem à tona novas formas de relação Sociedade-Estado. Começa a se a desenhar, então, o novo estado, um estado democrático, onde os segmentos sociais envolvidos deixam de ser objetos das políticas públicas/sociais e passam a ser sujeitos, formulando, fiscalizando, acompanhando e avaliando as ações do Estado. A participação é, então, um instrumento de negação da privatização do Estado, ou seja, o não-tratamento do que é público de maneira privada. É a conquista da cidadania.

A participação é, então, um instrumento de negação da privatização do Estado, ou seja, o não-tratamento do que é público de maneira privada

O campo da cidadania exige: publicidade, acesso à informação, transparência das regras, o caráter público(isto é, para todos), a condição de acesso aos direitos e a um grau de qualidade das práticas que garantam dignidade ética.

Foi no bojo desta luta de conquista da cidadania que os movimentos sociais se organizaram para eleger parlamentares comprometidos com suas lutas e que, durante todo o processo constituinte, mantiveram sua mobilização. Em 1988, foi votada a constituição que foi denominada "Constituição Cidadã". Esta incorporou em suas leis alguns direitos, entre eles a universalização da saúde e da educação como direito do cidadão (ã) e dever do Estado, responsável por garantir os recursos financeiros.

O que temos visto é a redução sistemática de recursos para a saúde e para a educação. Os administradores públicos estão, cada vez mais, administrando recursos escassos e, conseqüentemente, piorando o atendimento à população. Abre-se, assim, espaço para o apoio à tese da incompetência administrativa do setor público e da necessidade de sua privatização.

É nessa perspectiva que devemos analisar a situação do Hospital das Clínicas, pressionado pela redução de recursos dos dois lados. É um hospital-escola e como tal atende a duas funções sociais: a formação dos estudantes e a assistência à população carente. Do lado da educação, é ali que se formam futuros médicos e outros profissionais da área de saúde de vários estados brasileiros - formação de quadros para outras instituições de ensino superior; formação de especialistas (residência – curso de especialização); reciclagem e formação de médicos do sistema de saúde. Do lado da assistência à saúde, trabalha com dois paradigmas: o do direito, constitucionalmente inscrito, e o da solidariedade. Isso demanda uma ação conjunta com as ONGs e os diversos movimentos sociais. É esta solidariedade que temos conseguido da população quando lançamos o S.O.S.: "Doe um real, salve um Hospital".

Todos contribuíram. O ato de contribuir não se restringiu à questão da solidariedade. É, também, ou provavelmente anterior a ele, o reconhecimento da sociedade pelo serviço médico recebido numa instituição pública, sempre denegrida/desmoralizada pelo governo. Mas sabemos que isto não resolve o problema do Hospital das Clínicas. É mais um modo de buscar o apoio da população. Além disto, pode-se passar a idéia de que essa responsabilidade é da população e não do Estado. Muito recentemente se criou um imposto específico - o CPMF - para a área da Saúde. Onde estão estes recursos? Ainda não sabemos, mas sabemos que com certeza não estão sendo utilizados para salvar o Hospital das Clínicas, responsável por salvar vidas de muitos que já haviam perdido até a esperança.

Sumário

Editorial 03

Hospital das Clínicas
Uma referência na área da Saúde de Minas Gerais 05

O HC integra Ensino, Pesquisa e Extensão 07

Recursos humanos do Hospital das Clínicas 08

A crise do Hospital das Clínicas da UFMG 11

A crise em números 12

Um Hospital na UTI 13

O Hospital das Clínicas e o ensino médico 14

Uma crise sem remédio 15

Governo FHC negligencia a Educação e a Saúde 16

Pela efetiva operacionalização do SUS 18

Artigos da Imprensa Local 20

Saídas para a crise 22

Hospitais Universitários se unem 27

Carta de Belo Horizonte 28

HC: uma referência diante do caos da
Saúde Pública no Brasil 29

- Hospital das Clínicas - Uma referência na área da Saúde que extrapola as fronteiras do Estado de Minas Gerais

Localizado na região hospitalar de Belo Horizonte, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais é um Hospital Geral, Universitário, Órgão Suplementar da Universidade, vinculado diretamente à Reitoria.

Inaugurado em 21 de agosto de 1928, a partir do agrupamento de algumas clínicas que foram surgindo ao redor da Faculdade de Medicina, o Hospital das Clínicas iniciou a construção do seu prédio central ainda neste mesmo ano. O projeto previa a construção de três blocos. Em 1950 foi construído o Bloco A, em 1962, o Bloco B e, em 1987, foi concluído o Bloco C.

Atualmente o que existe é um complexo hospitalar com um edifício central de 11 andares, para internação, e sete anexos para atendimento ambulatorial. (Veja box sobre Recursos Físicos Disponíveis no HC).

Marcando uma nova etapa da história do Hospital, foi inaugurada, em junho de 1996, a Unidade de Emergência, que veio consolidar ainda mais a inserção e o comprometimento do Hospital das Clínicas na e com a saúde da comunidade.

Hoje, o HC atende a uma diversidade de áreas, sendo que especialidades como transplantes de órgãos, AIDS, leucemia, mucoviscidose, dentre outras, através do SUS, são oferecidas somente pelo HC.(Veja box sobre Serviços Oferecidos pelo Hospital das Clínicas).

SERVIÇOS OFERECIDOS PELO HOSPITAL DAS CLÍNICAS

- Anatomia Patológica
- Cardiologia e Cirurgia Cardiovascular
- Cirurgia Plástica
- Dermatologia
- Doenças infecto-parasitárias
- Endocrinologia
- Especialidades Pediátricas
- Gastroenterologia
- Genética Médica
- Hematologia e Oncologia
- Medicina Nuclear
- Nefrologia e Urologia
- Neurologia e Neurocirurgia
- Oftalmologia
- Ortopedia e Traumatologia
- Otorrinolaringologia
- Pediatria
- Pneumologia e Cirurgia Torácica
- Reumatologia e Fisiatria
- Saúde Mental (Psicologia e Psiquiatria)
- Saúde do Trabalhador/Doenças do Trabalhador
- Transplante de Órgãos
- Tratamento Intensivo (CTI)
- Urgências Clínicas

Alguns dos Recursos Físicos Disponíveis no HC

CAPACIDADE INSTALADA:

Área Física:	50.053 m2 de área construída
Capacidade total instalada:	432 leitos
Bloco cirúrgico central:	19 salas
Atendimento ambulatorial:	256 consultórios
Centro Obstétrico:	08 salas
CTI:	07 leitos (previsão de expansão para 14)
Unidade de Neonatologia:	20 leitos
Emergência:	53 leitos de observação
Centro Cirúrgico Ambulatorial:	06 salas
Centro Dialítico:	12 hemodialisadores
Apartamentos:	20 apartamentos

Hospital das Clínicas - Tabela 01
Produção de Serviços

Mês	CONSULTAS				Internações	SAÍDAS			Cirurgias					
	Ambulatório		Emergência	TOTAL		Altas	Óbito	TOTAL	Centro Obstétrico/Centro Cirúrgico				Ambulat.	TOTAL
	Médicas	Outras	Médicas						P. Normal	P. Cesárea	Outros	TOTAL		
Jul/96	14.834	3.167	7.551	25.552	1.270	1.209	49	1.258	80	51	781	912	673	1.585
Ago/96	21.938	4.721	5.427	32.086	1.069	1.017	45	1.062	97	64	738	899	967	1.866
Set/96	23.916	5.911	5.604	35.431	1.065	1.025	36	1.061	103	74	823	1.000	801	1.801
Out/96	25.013	5.826	5.599	36.438	1.166	1.097	33	1.130	100	97	815	1.012	1.302	2.314
Nov/96	24.890	5.572	4.171	34.633	1.020	1.020	32	1.052	113	89	576	778	1.093	1.871
Dez/96	14.921	3.377	5.240	23.538	1.049	1.135	37	1.172	91	65	591	747	870	1.617
Jan/97	12.475	2.253	5.285	20.013	1.006	884	28	912	101	75	529	705	830	1.535
Fev/97	15.946	3.261	4.301	23.508	1.074	1.013	41	1.054	110	89	598	797	1.579	2.376
Mar/97	21.641	6.372	5.239	33.252	1.302	1.264	50	1.314	86	81	530	697	1.207	1.904

Fonte: Hospital das Clínicas da UFMG

Obs.:

Consultas/outras: Enfermagem, Serviço Social, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Nutrição

Cirurgias/outras: refere-se às cirurgias realizadas no Centro Cirúrgico do Hospital.

O Hospital não transfere pacientes internados para outras Unidades Hospitalares

O HC integra Ensino, Pesquisa e Extensão

Atuando nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Hospital das Clínicas sintetiza as três áreas de referência de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Enquanto hospital-escola, proporciona contínua atividade de formação, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento para alunos da Área da saúde. O HC também desenvolve constantemente pesquisas geradoras de novos conhecimentos ou integradoras de novas tecnologias e é dotado de uma característica assistencial, na área de Extensão, onde 95% da sua clientela correspondem a pacientes do SUS Municipal, Regional e Estadual, além de atender a pacientes particulares através de convênios.

Para melhor compreensão da importância do Hospital das Clínicas, destacamos a sua atuação nas respectivas áreas de:

EXTENSÃO

Com uma característica marcadamente assistencial, o HC atende principalmente à população de baixa renda do Estado, oferecendo um serviço complementar que garanta o cuidado integral com a saúde de seus pacientes.

A partir da consulta inicial, procura-se oferecer ao paciente um tratamento continuado, com a realização de exames complementares, internação e cirurgia, inclusive com controle ambulatorial pós-alta hospitalar.

As Unidades de Internação recebem os pacientes que necessitam de cuidados mais especializados, que demandam equipes profissionais altamente capacitadas e cujos custos de tratamento são também mais onerosos. O HC também atende a muitos pacientes que não são absorvidos pela rede privada credenciada (ex.: AIDS, leucemia, etc.).

O HC é o único serviço de saúde de Minas Gerais que presta atenção ambulatorial a todas as áreas de assistência à saúde (ver box Serviços Oferecidos), utilizando equipes multiprofissionais de alta especialização. Em algumas áreas, é o único de Minas Gerais a oferecer este atendimento pelo SUS.

O Hospital das Clínicas é a síntese das funções sociais de uma Universidade em uma única unidade.

PESQUISA

O Hospital das Clínicas desenvolve constantemente pesquisas geradoras de novos conhecimentos ou integradoras de novas tecnologias. Inicialmente, as pesquisas são aprovadas pelas Câmaras Departamentais, na Faculdade de Medicina e, posteriormente, no Hospital pela Comissão de Ética e pelo Conselho Técnico Científico. Em 1996 foram aprovados 39 Projetos de Pesquisa nas diversas áreas.

ENSINO

Os cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia e Farmácia da UFMG utilizam-se das instalações e serviços do HC como Campo de Estágio para seus alunos(Ver tabela 02).

Através de convênios com outras instituições e Universidades, o Hospital incorpora também alunos estagiários dos cursos de Nutrição, auxiliares e técnicos de enfermagem, além de treinar, reciclar e formar médicos-estagiários da rede pública e privada nas esferas municipal, estadual e nacional.

Na pós-graduação, na forma de Residência Médica, o HC conta com 238 médicos residentes distribuídos em 25 programas, além de oferecer campo de estudo clínico aos alunos dos 13 cursos de Mestrado e Doutorado em Medicina na UFMG.

Na área de estágios mantém, ainda, intercâmbios internacionais com a França, Cuba e Espanha.

RECURSOS HUMANOS DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS

O quadro de pessoal do Hospital das Clínicas representa 25% do total de servidores da UFMG, caracterizando-se por dois vínculos empregatícios (UFMG e FUNDEP), dois regimes estatutários (Estatutário/RJU e Celetista) e duas jornadas de trabalho (6 e 8 horas), em grande diversidade de áreas profissionais. As contratações via FUNDEP já representam cerca de ¼ do total de funcionários do Hospital (ver tabela 03). Estas contratações têm a característica de serem pagas com recursos gerados pelo próprio HC. Pela tabela, podemos confirmar que tem-se reduzido o número de funcionários e médicos vinculados à Folha de Pagamento do MEC e aumentado o dos vinculados à Fundação e RPA's; logo, seus salários são pagos com recursos próprios. É assim que, em fevereiro, do total de R$ 2.455.109,00 gasto com pessoal, o MEC cobriu apenas R$ 1.470.222,00 (ver tabela 04). Atualmente o Hospital das Clínicas possui 2.079 funcionários e conta ainda com 491 docentes (ver tabela 05) e 2.304 acadêmicos (ver tabela 02) em atividade nas suas dependências.

Como um hospital, com as características do HC, que atende a doentes com um elevado custo de tratamento - AIDS, leucemia, quimioterapia, hemodiálise, transplantes, etc., pode sobreviver sem que sejam levadas em conta essas características que oneram em muito o seu orçamento?

Hospital das Clínicas - Tabela 02
Alunos em Atividade Acadêmica na Unidade Hospitalar / 1º. semestre/97

Curso/habilitação	ALUNOS						
	Graduação	Especialização	Residência	Mestrado	Doutorado	Outros*	Total
Enfermagem	214						
Farmácia/Bioquímica	31					7	
Fisioterapia	34				1		
Medicina	1338	22	248	131	124		
Nutrição						13**	
Psicologia	68						
Terapia Ocupacional	25						
Total	1760	22	248	131	125	20	2304

Fonte: Hospital das Clínicas da UFMG
Obs.:
* Outros: Estágios curriculares e extra-curriculares
** Estágio curricular em Nutrição - Universidade Federal de Ouro Preto e Viçosa

Hospital das Clínicas - Tabela 03

Força de Trabalho - Funcionários por Fonte de Recursos

Mês	FUNCIONÁRIOS																
	MEC				SUS				FUNDAÇÃO				FUNDAÇÃO/OUTROS				TOTAL
	NA	NM	NS		NA	NM	NS		NA	NM	NS		NA	NM	NS		
			médicos	outros			médicos	outros			médicos	outros			médicos	outros	
Jul/96	246	1059	99	286			6		71	309	5	32	5	4	164	33	2319
Ago/96	245	1054	98	281			6		74	324	5	35	5	4	182	34	2347
Set/96	244	1061	98	276			6		75	414	5	40	5	4	167	33	2426
Out/96	244	1044	97	273			7		93	478	5	50	5	4	221	33	2554
Nov/96	244	1037	97	270			7		94	485	5	47	8	4	237	33	2568
Dez/96	242	1026	97	267			7		93	482	5	44	8	3	242	33	2549
Jan/97	241	1021	97	265			7		93	478	5	42	11	3	242	33	2538
Fev/97	241	1015	97	264			7		93	480	4	40	11	3	236	33	2524
Mar/97	241	1011	97	263			7		91	481	4	40	11	3	243	33	2525

Fonte: Hospital das Clínicas da UFMG

Obs.:

Em "OUTROS"estão considerados RPA's

NA: Cruz Vermelha "boys"

NM: à disposição da FHEMIG, PBH, SESMG

NS/médicos: plantonistas (médicos autônomos)

NS/outros: à disposição da FHEMIG, PBH, SESMG, incluindo os médicos.

Hospital das Clínicas - Tabela 04

Força de Trabalho - Recursos por Fonte - Despesa com Pessoal (inclusive encargos sociais)

Mês	FONTE DE RECURSOS (R$)									
	MEC			FUNDAÇÃO			OUTROS			
	Residentes	Outros	TOTAL	Residentes	Outros	TOTAL	Residentes	Outros	TOTAL	TOTAL GERAL
Jul/96	297.829,39	1.923.005,08	2.220.834,47		497.922,81	497.922,81		182.514,34	182.514,34	2.901.271,62
Ago/96	306.589,08	1.306.981,32	1.613.570,40		541.261,38	541.261,38		205.760,47	205.760,47	2.360.592,25
Set/96	305.778,66	1.292.227,36	1.598.006,02		572.161,09	572.161,09		228.189,86	228.189,86	2.398.356,97
Out/96	307.840,47	1.264.443,40	1.572.283,87		711.339,69	711.339,69		246.713,26	246.713,26	2.530.336,82
Nov/96	307.757,04	2.455.694,76	2.763.451,80		843.608,68	843.608,68		272.037,29	272.037,29	3.879.097,77
Dez/96	307.840,46	1.183.190,33	1.491.030,79		769.432,94	769.432,94		319.848,35	319.848,35	2.580.312,08
Jan/96	286.566,93	1.325.432,93	1.611.999,86		794.464,60	794.464,60		353.323,27	353.323,27	2.759.787,73
Fev/97	306.589,08	1.163.633,88	1.470.222,96		637.608,34	637.608,34		347.277,98	347.277,98	2.455.109,28
Mar/97	307.840,46	-	307.840,46		743.633,17	743.633,17		319.351,68		1.051.473,63

Fonte: Hospital das Clínicas da UFMG

Hospital das Clínicas - Tabela 05

Força de Trabalho - Docentes em atividades no HU em 31 de março de 1997

CARGO	Graduação			Especialização			Mestrado			Doutorado			TOTAL
	*20	*40	DE	*20	*40	DE	*20	*40	DE	*20	*40	DE	
Auxiliar			7	19		29		1					56
Assistente	1		3	37	45	28	20	24	82				240
Adjunto				10	8	2	13	20	13	15	16	52	149
Titular										3	12	12	27
SUBTOTAL	1	0	10	66	53	59	33	45	95	18	28	64	472
Substitutos	2			16			1						19
Visitantes													0
TOTAL	3	0	10	82	53	59	34	45	95	18	28	64	491

TOTAIS POR CURSO	
CURSO	DOC
Enfermagem	35
Farmácia	4
Fisioterapia	9
Medicina	428
Nutrição	4
Psicologia	6
Terapia Ocupacional	5
TOTAL DOCENTES	491

Fonte: Hospital das Clínicas da UFMG



A crise do hospital das Clínicas da UFMG

*Wellington Morais de Azevedo

O Hospital das Clínicas da UFMG está vivenciando uma das piores crises desde a sua criação;

trata-se de uma situação complexa que tem aspectos econômicos, gerenciais e políticos operando.

A questão econômica é a mais visível e chama a atenção com mais impacto, na medida em que a incapacidade de honrar os compromissos financeiros com fornecedores e prestadores de serviço faz com que o hospital fique privado de insumos e serviços essenciais ao seu funcionamento e comece a parar suas atividades. Os fatores econômicos desta crise são óbvios e apesar de multifatoriais são facilmente entendidos: o hospital gasta mais do que ganha, é ineficiente para arrecadar, para comprar, paga comissões a terceiros por serviços prestados e arca com o pesado ônus de ser um hospital "universitário". A questão gerencial é também claramente entendida a partir da constatação do fato de que a administração pública é muito burocratizada e ineficiente devido aos regulamentos a que se sujeita, a estrutura administrativa não é profissionalizada, o nível de sofisticação gerencial é muito baixo e a instituição ainda tem que administrar questões corporativas e sindicais complexas. Esta questão, no entanto, não deve ter seu significado superestimado pois apesar disso a instituição tem mostrado crescimento quantitativo e qualitativo das suas atividades, e tentar responsabilizar as administrações passadas ou a atual pela crise atual não seria correto. O que não se compreende é o não-entendimento de alguns aspectos políticos desta situação pela comunidade universitária e pelas autoridades envolvidas na questão. Um hospital universitário é um hospital diferente. A assistência prestada por ele, que deve ser de alta qualidade e caráter terciário e quaternário, é muito importante para a comunidade em que ele está inserido, mas ela não é isolada (formar recursos humanos: médicos, enfermeiras, nutricionistas, fisioterapêutas, terapeutas ocupacionais, etc), não pode ser esquecida, e para isto ele é insubstituível. Não há como formar estes profissionais, com um mínimo de qualidade, sem um hospital universitário de bom nível. Este papel de auxiliar as faculdades nesta tarefa tem custos! Assim como a missão de ser a base operacional de pesquisas clínicas que vão promover uma prática crítica da realidade profissional da área de Saúde e aumentar o acervo do conhecimento humano deve ser considerada como uma das suas principais atribuições, e isto também impõe custos elevados.

Uma instituição com estas características precisa ser entendida, valorizada e protegida pela sociedade.

Países da Europa e os USA, cada um a seu modo, cuidam muito bem dos seus hospitais universitários e estes retornam em ensino, pesquisa e assistência o que é investido neles. No Brasil as universidades estaduais paulistas devem ser observadas, pois nelas os hospitais universitários estão modernizados, produtivos, formando pessoal de alto nível, produzindo a maior parte da pesquisa de boa qualidade que é feita na área de saúde neste país, e estão crescendo! O que eles têm em comum entre eles e que nos falta é a existência de uma dotação orçamentária definida e suficiente para cobrir os seus custos. Todos eles, HC-UNICAMP, HC-USP de São Paulo, HC-USP de Ribeirão Preto e HC-UNESP têm seus custos cobertos por parcelas significativas do orçamento geral das universidades e utilizam os recursos arrecadados junto ao SUS para investimento, complementação salarial de docentes e programas de incentivo à produtividade do corpo administrativo.

Enquanto isso, os hospitais universitários federais estão sendo abandonados pelo MEC com a desculpa de não ser função deste ministério financiar a Saúde, como se o ensino e a pesquisa nesta área fossem dissociáveis da assistência. As autoridades da área da Saúde no nosso meio, talvez pelo seu distanciamento da academia e o não-entendimento do que realmente é um hospital universitário, não têm considerado estes aspectos no HC-UFMG e não têm tido sensibilidade para criar condições estruturais que viabilizem sua existência, preservando suas características de hospital universitário. A própria comunidade universitária olha com reservas o HC, considerando-o um "sumidouro" de recursos, o que é um equívoco pois ele pode dar um grande retorno acadêmico e científico se for tornado eficiente.

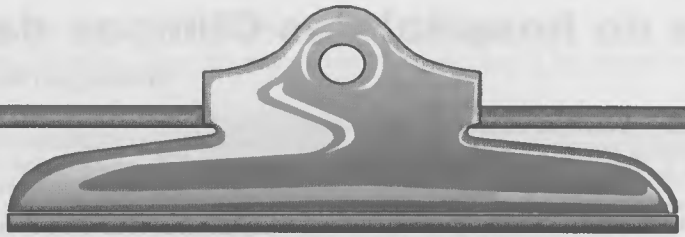
Medidas de emergências estão sendo tomadas pela direção da UFMG e do HC para evitar o fechamento do hospital, e isto deve ser conseguido, mas a solução definitiva do problema é o entendimento pela sociedade, pelos governos estadual e federal, pela prefeitura de Belo Horizonte e pela comunidade universitária, da importância de se ter aqui um hospital universitário poderoso, eficiente e que cumpra com sua missão de ensino, assistência e pesquisa.

Para isto é necessário dotá-lo de um orçamento realístico e seguro, com recursos públicos federais, estaduais, municipais e filantrópicos. Ele deve trabalhar junto com o SUS, na forma prevista em lei para convênios do SUS com os hospitais universitários, mas deve também atender à parcela da população, em torno de 30%, que tem outras formas de cobertura previdenciária, desonerando o SUS e melhorando sua arrecadação.

Para merecer este tratamento ele deve ser sanado, tornado eficiente, dotado de instrumentos administrativos modernos e autônomos. A valorização de seus recursos humanos deve ser priorizada e a produtividade estimulada, assim como assegurada remuneração digna e compatível com a formação e produtividade dos seus profissionais.

A alternativa atualmente vislumbrada, de deixar o HC "competir" no mercado, seja em que forma organizacional que for, trabalhando para o SUS ou para os agentes financiadores de serviços de assistência médica privados sem uma dotação orçamentária adequada, não assegura o cumprimento das suas funções e é suicida pois o HC não é competitivo para conseguir sobreviver nestas circunstâncias e coloca em risco sua existência e os cursos da UFMG cujos currículos são baseados em atividades hospitalares, principalmente os de medicina e de enfermagem.

*Prof. Adjunto da Fac. de Med. da UFMG
Coord. do Serviço de Transplantes de Medula Óssea do HC-UFMG



A Crise em Números
O déficit no Hospital das Clínicas da UFMG começou a se acumular a partir de 1995. Entenda o processo:

Quadro agudo

• O hospital tem uma dívida, já vencida, de R$ 9,3 milhões, junto a diversos fornecedores, sobretudo de medicamentos e materiais de consumo.

• Outros R$ 5 milhões estão por vencer nos próximos meses.

• O hospital tem a receber do Sistema Único de Saúde (SUS) o montante de R$ 3,3 milhões, referentes a um abono de 25% sobre a fatura mensal dos serviços - um repasse que está atrasado para todos os hospitais do País. Além disso, o hospital está arcando com 30% da folha de pessoal, que antes era paga integralmente pelo Ministério da Educação.

Coma

• O custo mensal para manter o hospital funcionando é da ordem de R$ 2,7 milhões. Mas o HC só recebe, pela tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde, R$ 1,7 milhão. O hospital atende 98% dos pacientes pelo SUS. Resultado: o *déficit* de R$ 1 milhão por mês.

• Deste R$ 1 milhão, R$ 870 mil são gastos com o pagamento de cerca de 600 funcionários. Eles ocupam as vagas de servidores concursados (e pagos pelo Ministério da Educação) que se demitiram, aposentaram, morreram ou foram exonerados nos últimos 18 meses. Como eram considerados essenciais para o funcionamento do HC e não foram subsitituídos pelo MEC, é o dinheiro de custeio do hospital, vindo do Sistema Único de Saúde, que está pagando os substitutos.

• Os outros R$ 130 mil do *déficit* mensal são gastos em contratos de manutenção do equipamento e outras despesas.

Medidas de Urgência

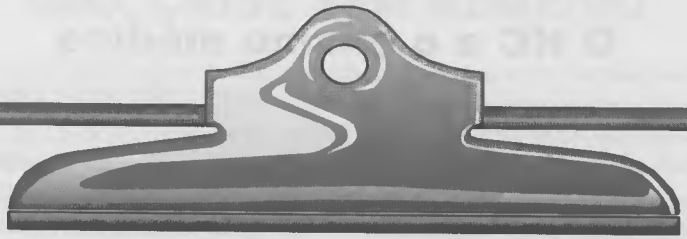
• A diretoria do HC reivindica junto ao MEC que autorize a realização de concurso para a reposição de 479 servidores, o que aliviaria o orçamento mensal do hospital.

• Se isso acontecer, o hospital terá os R$ 870 mil por mês para o custeio. Em outras palavras, teria em torno de R$ 480 mil para a compra de medicamentos, e o restante para a compra de material hospitalar, de higiene e químico.

• No ano passado, o Hospital das Clínicas gastou R$ 6 milhões na folha de pessoal. Isso representa quase o valor da sua dívida atual, o que, para a diretoria, justifica que o MEC volte a assumir toda a folha de pagamentos.

• A liberação emergencial de recursos dos ministérios da Saúde e da Educação ajudaria o hospital a pagar a dívida já contraída.

Adaptação: Estado de Minas - pág. 27 - 01/05/97



Um Hospital na UTI

Acompanhe a evolução da crise do Hospital das Clínicas:

O hospital entra em coma. Sem crédito para comprar medicamentos e sem uma resposta positiva das secretarias municipal e estadual de Saúde, as consultas, cirurgias e internações programadas estão suspensas, o que representa 70% de todos os procedimentos. Os pacientes em diálise peritonial foram transferidos para outros hospitais, através da Central de Internações.

De imediato, o hospital precisa de medicamentos e material de consumo para continuar atendendo seus pacientes e voltar a internar. A estimativa é de que sejam necessários, já, em torno de R$ 600 mil. Sem isso, à medida que são afetados pela falta de material, os setores estão sendo desativados. O problema fica mais sério e iminente para a hemodiálise, a quimioterapia e o CTI.

Também em caráter emergencial, o HC necessita do repasse de recursos do Sistema Único de Saúde e do Ministério da Educação para resgatar sua dívida com os fornecedores. Sem isso, o hospital enfrenta a asfixia financeira. A diretoria cogita paralisar até mesmo o pronto-atendimento e interromper totalmente as internações.

Sem internar novos pacientes e dando alta ou transferindo os já internados, o hospital reduziu, inicialmente, o número de leitos ocupados de 432 - sua capacidade máxima - para uns 150.

Parada Cardíaca. Nesse ritmo e sem receber qualquer recurso, rapidamente, o hospital estará totalmente vazio. Cerca de 2.300 acadêmicos, 250 residentes, 96 estagiários e 250 em pós-graduação não teriam como praticar a medicina.

Já foram suspensas as aulas práticas do curso de Medicina da UFMG (do 5º ao 12º período), o que compromete toda a vida acadêmica da escola. À beira da morte, enquanto hospital universitário, a única alternativa para salvar o HC, na avaliação da diretoria do hospital, seria a injeção de recursos.

Adaptação: Estado de Minas - pág. 26 - 01/05/97

O HC e o ensino médico

"O assunto não merece tratamento demagógico, exploração política e sensacionalismo..."

José Mariano Lanna*

São importantes, mas incompletos, os protestos e as providências levantadas para a solução da crise do Hospital das Clínicas da UFMG. A instituição não pode definhar ou desaparecer. Entretanto, deve ser repensada na sua inserção social, sua estrutura e sua finalidade.

Hospital Universitário e Hospital Assistencial são duas concepções esquemáticas que necessitam de um entendimento exato. Um se preocupa fundamentalmente com o ensino da Medicina, além de cuidar das pesquisas possíveis, nesta área. A assistência médica prestada é conseqüência de sua atividade didática. O segundo assume o compromisso básico de prestar atendimento terciário à Saúde de atender ao paciente e à sua doença. Secundariamente ajuda na formação médica. O Hospital Assistencial tenta responder à demanda indiscriminada da população. Recebe 100 casos de hérnia inguinal e gastrenterite, cuida deles, mas um ano depois contribuiu muito pouco para formar um cirurgião ou um pediatra. Na verdade das coisas, ele precisa é de ter bons cirurgiões e bons pediatras, formados pelo Hospital Universitário, que exige um Ambulatório seletivo, atendido por professores. Interna 100 pacientes com patologias diversas e somente 10 hérnias inguinais e duas ou três infecções intestinais. Ao término de um ano, alunos e residentes que o freqüentam aprenderam a conhecer uma gama variada de doenças e de tratamentos adequados. Ele contribuiu de modo imprescindível para a formação do médico. Caracterizou a realidade de que sem um Hospital Universitário não pode haver uma Escola de Medicina, assim como outras unidades de ensino da área da Saúde. O Hospital Assistencial deve valorizar a relação custo/benefício a padronização de medicamentos e a perspectiva do lucro. O Hospital Universitário deve minimizar as implicações administrativas, econômicas e financeiras, no seu funcionamento. É de fato um hospital mais oneroso que precisa fugir das leis do mercado, as quais presidem obrigatoriamente a gestão dos Hospitais Assistenciais. Os Hospitais Universitários devem ser dirigidos e sustentados pela obrigação social do Estado. Aliás, uma de suas maiores obrigações.

Queixa-se muito da situação precária e lastimável da Saúde, no Brasil. Fala-se mal e está sob suspeição a competência e a eficiência dos médicos brasileiros. Com ou sem razões plausíveis. Por isso, não é sadio que, nesta crise, a sociedade, a mídia, as comunidades socialmente organizadas estejam despreocupadas e omissas quanto à função de ensinar e formar gente do Hospital das Clínicas da UFMG. É muito estranho que até agora não foram ouvidas vozes clamando por esta atividade e função pedagógicas. Pede-se auxílio e se reclama como se a crise fosse somente de dinheiro. Nem mesmo as associações de docentes e de alunos da Universidade e da Faculdade de Medicina se pronunciaram enfaticamente a respeito do assunto. Simulam que estejam escondidas na inércia, na alienação, no tédio ou no vazio de suas programações e atitudes.

Só a Faculdade de Medicina da UFMG titula o absurdo de 360 médicos por ano. Se o Hospital das Clínicas da UFMG estiver mais interessado em sua atividade assistencial do que estar preocupado com o ensino da Medicina teremos, pelo menos, outros 360 médicos com formação deficiente e incompleta. Pois completar conhecimento e adquirir a experiência inicial para o exercício da Medicina nos mestrados, doutorados e cursos de especialização, subsequentes ao curso de graduação, é uma falácia e uma mentira. Atende a poucos privilegiados, sobrecarrega o Hospital das Clínicas e prejudica suas funções didáticas na graduação terminal do curso de Medicina.

No centro desta crise deve-se pensar muito. O assunto não merece tratamento demagógico, exploração política e sensacionalismo. Não se pode esquecer que o Hospital das Clínicas é um Hospital Universitário. O momento é oportuno para esta discussão. Mas, sem estas intenções, tudo será farsa e temporário, com presentes e futuras angústias para o povo e remendos postos no lugar errado. O Hospital das Clínicas pode desaparecer, criando um problema que não vai solucionar-se pela globalização, privatização ou importação de médicos, avaliados pela bolsa de mercadoria ou negociação de investimentos futuros.

* Professor emérito da Fac. de Med. da UFMG

UMA CRISE SEM REMÉDIO

A sociedade mineira está sendo convocada a ajudar na manutenção do Hospital das Clínicas da UFMG, em funcionamento precário. E ela ainda está estarrecida com a morte, na flor da idade, de um rapaz na porta do Hospital João XXIII, depois de percorrer outras instituições. Ele morreu de pneumonia. São casos que estão próximos, mas refletem uma situação nacional. A saúde no Brasil está doente, muito doente. E, a cada dia, a cada débito da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF nas contas-correntes dos brasileiros, o governo perde argumentos para justificar o caos. Não há outro termo: é falta de prioridade do governo a atenção para com a Saúde Pública no Brasil; não adianta falar que é incapacidade administrativa ou incompetência dos administradores de hospitais públicos, porque não há como administrar recursos se eles simplesmente não são repassados pelo governo.

Não há leitos pelo SUS em Belo Horizonte, apesar de a cidade ter, na relação leito/habitante, número compatível com as exigências da Organização Mundial de Saúde. Enquanto não houver vontade política dos nossos governantes, não haverá uma melhoria no atendimento hospitalar.

... "O DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS NA ÁREA DE SAÚDE NO BRASIL JÁ FOI FEITO HÁ MUITO TEMPO..."

A situação não é diferente no resto do País. O governo institui mais impostos e as pessoas continuam morrendo na portas dos hospitais. A CPMF serviu para reforçar o caixa oficial, mas não foi capaz de promover melhorias no atendimento. E foi aprovada sob a égide de "única solução, para o caos da saúde". Como se vê, não passou de mais um avanço sobre o bolso do contribuinte.

O diagnóstico dos problemas na área de saúde no Brasil já foi feito há muito tempo, a profilaxia é conhecida, mas nenhuma providência é tomada. A deficiência é de gestão política, de um combate eficaz às fraudes, de aplicação de dinheiro com critérios sérios de prioridade. E as pessoas continuam morrendo na porta dos hospitais. E, quando um deles está prestes a fechar, por falta de recursos, os órgãos oficiais lavam as mãos. E sobra para o contribuinte pagar mais uma vez.



GOVERNO FHC NEGLIGENCIA A EDUCAÇÃO E A SAÚDE E PRIORIZA O PAGAMENTO DE JUROS DEMANDADOS PELO PLANO REAL

Por ser um hospital-escola, o Hospital das Clínicas amarga a difícil posição de estar à mercê de dois ministérios cujas áreas de abrangência têm sido negligenciadas pela atual política de FHC: a Saúde e a Educação.

Apesar de o atual governo afirmar em campanha que estas duas áreas eram suas prioridades máximas, o que vemos é uma evasão do erário público para pagar os altos juros da dívida interna, visando a manutenção do Plano Real em detrimento das áreas sociais.

Conforme a pesquisa elaborada pelo gabinete do Deputado Federal, Paulo Bernardo (PT-PR) nos registros do SIAFI, em 94, a despesa orçamentária com saúde e saneamento foi de 10,2% do orçamento, passando para 9,3% em 95, 8,3% em 96 e a previsão para 97 é de 9,3%. O mesmo aconteceu com a Educação e Cultura, que foi de 6,6% em 94, passando para 6,3% em 95, 5,4% em 96 e com previsão de 5,5% para 97. Já os juros e encargos da dívida foram de 12,2% em 94, 11,6% em 95, 11,2% em 96 e com a previsão de 12,1% em 97 (Tabela 06).

Podemos, assim, constatar que desde o início do atual governo, o gasto com saúde e educação tem diminuído enquanto o gasto com a dívida teve uma ampliação de 0,9%, apesar de todo o processo de privatização, incluindo a Cia. Vale do Rio Doce, ser realizado com o argumento de servir para pagar a dívida. Para se ter idéia desse montante, a conta de juros consumirá, a cada dois meses, mais do que o governo arrecadou no leilão de 45% das ações ordinárias com direito a voto da Companhia Vale do Rio Doce.

A escalada dos juros não foi acompanhada pelo gastos da área social. É importante destacar que nesse levantamento (vide tabela 7) os gastos na área social incluem até o pagamento de salários e aposentadorias de servidores - a despesa que mais pesa no orçamento. Além disso, também estão incluídos na rubrica de Saúde e Educação, a cultura e o saneamento.

A Lei Orçamentária de 1997, sancionada por FHC, prevê gastos de R$63,3 bilhões. Se for mantida a tendência registrada desde o início do governo, cerca de 20% desse valor poderão ficar no papel. Em 1995, o governo gastou na área social 76,1% do que o congresso havia autorizado. Em 96, foram liberados 80,5% das verbas. Portanto, a pequena recuperação dos gastos sociais na previsão orçamentária/97 dificilmente resistirá ao programa de contenção de gastos em estudo no Ministério do Planejamento.

Participação da área social e dos juros nas contas da União - Tabela 06

Participação da área social e dos juros nas contas da União*				
	1994	% do orçamento realizado, de R$ 140,7 bilhões	1995	% do orçamento realizado, de R$ 159,7 bilhões
agricultura	4,3 milhões	3,1%	6,6 bilhões	4,1%
defesa nacional e segurança pública	7 bilhões	5%	8,8 bilhões	5,5%
educação e cultura	9,2 milhões	6,6%	10,1 bilhões	6,3%
habitação e urbanismo	70,8 milhões	0,1%	121,2 milhões	0,1%
saúde e saneamento	14,4 bilhões	10,2%	14,8% bilhões	9,3%
trabalho	2,8 bilhões	2%	6,1 bilhões	3,8%
TOTAL	38,4 bilhões	27%	46,5 bilhões	29,1%
juros e encargos da dívida	17,3 bilhões	12,2%	18,6 bilhões	11,6%
	1996	% do orçamento realizado, de R$ 171,9 bilhões	1997	% do orçamento previsto, de R$ 191,1 bilhões
agricultura	4,7 bilhões	2,8%	7,6 bilhões	4%
defesa nacional e segurança pública	8,6 bilhões	5%	9,4 bilhões	5%
educação e cultura	9,2 bilhões	5,4%	10,5 bilhões	5,5%
habitação e urbanismo	344,1 milhões	0,2%	2,1 bilhões	1,1%
saúde e saneamento	14,2 bilhões	8,3%	16,5 bilhões	8,7%
trabalho	6,9 bilhões	4%	9,4 bilhões	4,9%
TOTAL	43,9 bilhões	25,7%	55,5 bilhões	29,2%
juros e encargos da dívida*	19,4 bilhões	11,2%	23,2 bilhões	12,1%

Reprodução: Folha de São Paulo - pág. 1-11 (17/03/97)

Liberação de verbas públicas - Tabela 07

Liberação das verbas públicas		
	1995 autorizado pela lei orçamentária	% de liberação
agricultura	9,1 bilhões	72,3%
defesa nacional e segurança pública	12,1 bilhões	72,4%
educação e cultura	12,2 bilhões	82,9%
habitação e urbanismo	1,8 bilhões	6,6%
saúde e saneamento	16,5 bilhões	90%
trabalho	9,4 bilhões	84,6%
TOTAL	61,1 bilhões	76,1%
juros e encargos	28,3 bilhões	65,7%
	1996 autorizado pela lei orçamentária	% de liberação
agricultura	7,1 bilhões	66,1%
defesa nacional e segurança	9,8 bilhões	87,5%
educação e cultura	10,7 bilhões	86%
habitação e urbanismo	2,2 bilhões	15,4%
saúde e saneamento	16,5 bilhões	86%
trabalho	8,2 bilhões	84,7%
TOTAL	54,5 bilhões	80,5%
juros e encargos	23,2 bilhões	83,6%

Fonte: Siafi/Prodasen/Assessoria de Orçamento da Câmara
Obs.: valores corrigidos a preços médios de 1996. Não estão computados valores referentes a mortização da dívida.
As despesas na área social não incluem despesas financeiras.

Se de um lado as altas taxas de juros servem para conter o consumo e atrair recursos especulativos internacionais, hoje necessários para equilibrar as contas externas, por outro lado, inibem e pressionam as contas públicas. Neste sentido, têm sido um importante instrumento da política econômica do governo.

Vale ainda ressaltar que a dívida interna brasileira saltou de R$ 60 bilhões em julho de 94 para R$ 170 bilhões em dezembro de 96. Somente para salvar os bancos privados, dentro do PROER, se gastaram R$ 12,5 bilhões. Portanto, essa é uma política que destrói as áreas sociais em benefício do capital especulativo, e de um plano que busca a estabilidade monetária, sem uma política de desenvolvimento econômico.

Pela efetiva operacionalização do SUS

Fernando Molinos Pires Filho
3º. vice-presidente da ANDES-SN, membro da Coord. GT de Seg. Social - Aposentados

O Sistema Único de Saúde (SUS) não funciona! Esta frase tem sido repetida, em particular, pela mídia e pelos empresários da Saúde, interessados em privatizá-la, embora, no desespero pela falta de assistência, os trabalhadores também a enunciem.

Observa-se que a mídia estimula tal concepção. Trata-se de parte da grande campanha de desmoralização dos serviços públicos que, neste caso, abre espaço para justificar, legitimando a pretensão, que o Estado continue comprando serviços dos laboratórios e hospitais privados. Também permite às empresas acelerarem a comercialização de planos de saúde (...).

Entretanto, o que, em geral, as pessoas se esquecem de perguntar é por que o Sistema Único de Saúde (SUS) não funciona.

A resposta é simples: não funciona porque não existe! O SUS, previsto na Constituição de 1988 e na Legislação Ordinária que o regulamentou, nunca foi verdadeiramente operacionalizado. (...) O SUS da Constituição permanece como letra morta.

Assim, as críticas procedentes às dificuldades de acesso e à má qualidade da assistência, onde ela existe, não são dirigidas ao SUS que todos queremos. As queixas contra o funcionamento dos serviços e as denúncias sobre fraudes são, na realidade, feitas ao anti-SUS, ao modelo assistencial público ainda prevalecente e não transformado à imagem e semelhança do SUS determinado no mais avançado do arcabouço jurídico-social conhecido, cujo primado é o da saúde como direito de cidadania e dever do Estado.

E, mais uma vez, por quê? Por que os governos federal, estaduais e grande parte dos municipais não implementaram o verdadeiro SUS, descumprindo a lei ?

A resposta, mais uma vez, é simples:

porque a vontade política que os orienta está comprometida e a serviço de outros interesses, embora suas retóricas sejam sempre as do "tudo pelo social".

Na prática, o que fazem é impor entraves (pasmem) legais, burocráticos, administrativos e, principalmente, financeiros à construção do SUS, desobrigando-se da responsabilidade que é somente dos poderes públicos.

A situação atual, no plano federal, é reveladora disso. O governo FHC, descabidamente, diz não ter recursos para a saúde; daí ser necessário recolher mais tributos para melhorar o sistema. Ou seja, a população dever pagar novamente pelo que já lhe é devido. É o caso da emenda constitucional que criou, em caráter emergencial, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), defendida pelo ministro da Saúde, na ocasião, Adib Jatene. O recolhimento do CPMF já está sendo feito desde jan/95. Enquanto isso, o Brasil é um dos países do mundo que menos gasta com Saúde: foram apenas US$67,00 por habitante em 1994, já o Uruguai e a Argentina gastaram US$370,32 e US$255,78 *per capita*, respectivamente. Gasta-se até menos do que a Bolívia, que investe em torno de US$150,00/ano por habitante.

Destaque-se que em 1995 as dotações do Orçamento da União para a saúde caíram 49,5% em relação ao ano passado, o que nos coloca junto com México e Botsuana (África) na lista dos países que reduziram seus percentuais de investimentos orçamentários para essa área social.

Fora isso, o Plano Plurianual do governo FHC (que define os investimentos para os próximos quatro anos) pretende investir mais em gastos militares do que em áreas em crise como a da Educação e da Saúde.

Por essa proposta, os investimentos públicos em Defesa Nacional, até 1999, chegarão a R$5,6 bilhões, enquanto a saúde ficará com R$4,5 bilhões e a educação com R$4,6 bilhões.

Em razão disso, a população adoecida pela péssima qualidade de vida (...), sujeita-se (aquela parte que pode) a consultar os serviços privados, às cobranças por fora na rede pública e credenciada, à automedicação, aos curandeiros milagrosos, às simpatias, às benzedeiras, ao sofrimento e à morte.

Nem isso, entretanto, tem sido suficiente para sensibilizar o governo e demovê-lo de sua intransigente posição economicista (tudo pelo real). Ao contrário, parece que o caos a que foi remetida a Saúde Pública o estimula a combater o que dela restou: a própria lei.

Através de uma proposta de reforma constitucional

(PEC 32), FHC quis mudar a Constituição Federal. Exatamente a parte da lei que obriga o Estado, sem qualquer restrição, a prover as condições para que os brasileiros possam usufruir do direito à saúde.

A forte reação a tal pretensão e a confusões em que se viu envolvido com a Reforma da Previdência, o caso SIVAN, os escândalos de proteção a bancos privados e o *affair* da "pasta cor-de-rosa" obrigaram-no a um "recuo temporário e estratégico", retirando-a do Congresso. A verdade é que não recuou de seus intentos. Tanto é assim que na própria mensagem reconhece que seus objetivos "poderão ser em grande parte, atendidos mediante medidas infraconstitucionais, prescindindo da alteração proposta no Art. 196 da Carta Magna". Em continuação, anuncia que brevemente estará encaminhando à apreciação do Congresso um projeto de lei. Encobre, entretanto, suas verdadeiras intenções referindo que o Projeto "disciplinará o ressarcimento ao SUS pelos serviços prestados a beneficiários de seguros privados de saúde". Ignora inclusive o Projeto de Lei nº 952 do Dep. Carlos Mosconi, já em tramitação no Congresso, que trata dessa matéria.

Assim, ao invés de cumprir a legislação, ajustam-se as regras à vontade imperial e tudo está resolvido.

Contrapondo-se a isso, no Congresso, alguns poucos parlamentares rebelam-se contra a desconstitucionalização. Através da apresentação de outras emendas eles tentam assegurar, em caráter permanente, recursos para a saúde.

É o caso, por exemplo, da proposta de emenda à Constituição (PEC Nº169) apresentada em 1993 pelos deputados Waldir Pires e Eduardo Jorge, que hoje está sendo relatada pelo deputado Darcísio Perondi. A emenda destina 30% das receitas de contribuições sociais que compõem o Orçamento da Seguridade Social e não menos que o da receita de impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a saúde.

Outra PEC, de autoria do deputado Carlos Mosconi (PEC Nº82), propõe a destinação exclusiva à saúde das receitas provenientes das contribuições dos empregadores sobre o faturamento e o lucro. Caso aprovadas, essas emendas assegurariam recursos entre R$ 15 bilhões a R$ 20 bilhões e R$12 bilhões a R$15 bilhões, respectivamente, permitindo elevar o investimento por habitante a patamares bem mais condizentes com as necessidades hoje existentes.

Mas as posturas anti-saúde do governo federal não se restringem à PEC 32. A ela somam-se os desvios de recursos da seguridade social, através do famigerado Fundo Social de Emergência (FSE); a proposta de reforma tributária que visa à reconcentração de recursos financeiros na União, com perdas para estados e municípios; a proposta de reforma administrativa que, aliada ao projeto de publicização, cria organizações públicas não estatais, avançando no processo de privatização. Sem falar na PEC 33 (reforma da Previdência Social) que, em sua essência, institucionaliza a extinção da seguridade social e de seu instrumento principal: o orçamento da seguridade social. Restaura o antigo modelo de seguro social e rompe com a indivisibilidade entre saúde, assistência e previdência.

A luta contra todos esses ataques está sendo levada com muitas dificuldades, na medida em que esbarra em fortes interesses privatistas. Não se pode ignorar a força dos grupos financeiros que comercializam a Saúde, a rede privada de prestadores de serviços, os grandes grupos multinacionais vinculados à área de medicamentos e equipamentos médicos, sem falar nos fundos de pensão e previdência, interessados em criar um clima de insegurança social para melhor colocar suas falaciosas propostas comerciais.

No campo da resistência e das tentativas de avanços para viabilizar a proposta do SUS, deve-se destacar a constituição democrática dos Conselhos de Saúde, fóruns onde se tenta estabelecer o controle social. É preciso, todavia, que os setores organizados da sociedade, representando os trabalhadores, neles se façam presentes e atuantes. Assim, também, outros espaços de articulação, à semelhança da Plenária Nacional de Saúde, precisam ser reforçados e criados nos estados e municípios onde ainda não foram instalados, estimulando a unidade da luta em defesa do interesse dos trabalhadores.

A ANDES-SN, que tem tido participação ativa nesse campo, conclama suas Seções Sindicais para, regionalmente, desenvolverem todos os esforços no sentido de ampliar a articulação com outras entidades e movimentos do campo progressista da sociedade em defesa das conquistas sociais e pela efetiva implementação do SUS.

Nessa linha, ela se manifesta em apoio a uma democrática e qualificada preparação da X Conferência Nacional de Saúde, que deverá realizar-se no período de 12 a 16 de agosto de 1996, tendo com tema central: "SUS - construindo um modelo de atenção à saúde para a qualidade de vida" e, como subtema: "Descentralização e democratização na gestão do SUS; eqüidade e integralidade da atenção à saúde; viabilizando o SUS - as necessidades do Sistema e o exercício das competências de governo e sociedade no SUS".

Ministérios da Educação e Saúde não se entendem

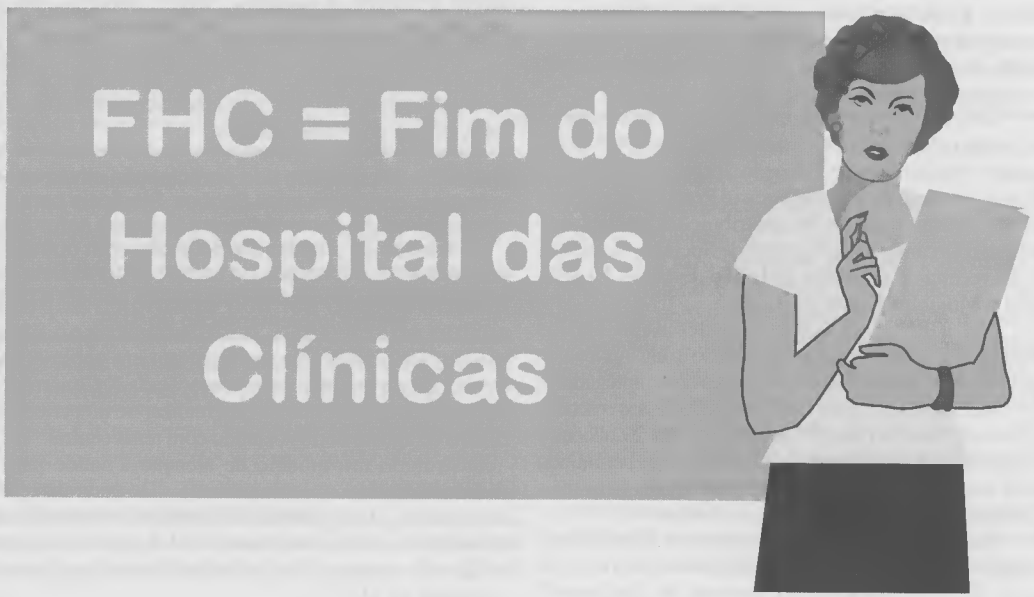
Só a adoção de uma medida global, envolvendo as várias esferas do governo, pode salvar o Hospital das Clínicas da falência completa. É nisto que acredita o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Tomaz Aroldo da Mota Santos, que nos últimos dias vem trabalhando incessantemente para alinhavar um acordo que garanta a sobrevida do HC.

De todos os setores que procurou, o Ministério da Saúde é o que tem se mostrado mais insensível à crise. Embora o HC seja o mais importante hospital de pesquisa e ensino do Estado, referência nacional para uma dezena de procedimentos médicos e única alternativa para centenas de pacientes do SUS que dependem da mão-de-obra especializada e da tecnologia de ponta de que dispõe, o Ministério da Saúde não acenou com qualquer medida financeira concreta e emergencial.

O ministro Carlos César Albuquerque não se dispôs sequer a pagar os R$3 milhões que deve ao HC, referentes ao abono de 25% sobre os procedimentos do SUS. "O pagamento do atrasado no tiraria do sufoco", ponderou o reitor. Tanto o Palácio da Liberdade quanto a Prefeitura, segundo Aroldo da Mota, têm procurado de alguma maneira colaborar. O Ministério da Saúde e o MEC, em lugar de buscarem um cooperação conjunta, empurram um para o outro a responsabilidade em relação ao HC.

O MEC prometeu ao reitor estudar a possibilidade de arcar com uma folha de pagamento de mais 500 funcionários, cujos salários são pagos hoje pela receita gerada pelo próprio HC, o que representaria uma economia mensal de mais de R$700,00. Mais que isto, o MEC afirma que compete ao Ministério da Saúde fazê-lo.

Fonte: Estado de Minas - pág. 27 - 01/05/97



R$ 200 MILHÕES DA CPMF SÃO DESVIADOS

Dinheiro para a saúde foi usado até pelo gabinete do presidente FHC

Para tentar reaver R$200 milhões da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF), em apenas dois meses, que deveriam ser destinados à área da Saúde e foram aplicados no pagamento da dívida pública, e ainda evitar que o rombo chegue a R$1,3 bilhão até o final do ano , o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais entra na próxima semana com uma ação na Justiça contra a União.

Além disso, o sindicato quer ainda reaver cerca de R$17 bilhões que foram desviados também da área da Saúde Pública, através da aplicação irregular do Fundo de Estabilização Social, Contribuição sobre o Lucro, e Cofins (Contribuição Financeira para Seguridade Social), no período de janeiro de 1996 a março desse ano.

O levantamento desses valores foi feito através da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip), com base em dados fornecidos pelo Banco Central, Receita Federal e Siafi, o sistema de registro das contas do governo federal. Ele já está nas mãos do presidente do sindicato de Minas, Ricardo Meneses, que se espanta com o volume de recursos que deixou de ser aplicado na área em apenas um ano e dois meses.

Fonte: Estado de Minas - Pág. 27 - 16/05/97

Emenda é alternativa contra o ralo que suga verba da saúde

Nem só sobre os recursos da CPMF funciona o ralo que suga recursos da saúde. A denúncia parte do presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip), Álvaro Solon de França, que forneceu os dados relativos aos desvios de R$17 bilhões de recursos da Seguridade Social no período de um ano.

A Anfip sustenta a posição de inclusão de emenda constitucional para impedir a prática dos desvios. Álvaro Solon afirmou que uma emenda foi apresentada em 95 mas, por pressão da equipe econômica do governo, ela acabou sendo retirada.

Ele explica que a Constituição Federal, em seu artigo 195, determina que as contribuições financeiras da Seguridade Social, como folha de pagamento, Contribuição sobre Lucros Líquidos das Empresas e Cofins, devem ser destinadas para pagar despesas com Previdência Social, Assistência Social e Saúde. No entanto, não está explícito no texto constitucional se o governo federal poderia utilizar essas verbas para pagamento de outras despesas de diferentes fins, como estaria ocorrendo, inclusive com utilização de recursos no próprio gabinete da presidência.

Entre as irregularidades, ele cita que o dinheiro da Seguridade Social está sendo usado para pagar inativos e pensionistas da União. "Isso está errado, porque estas despesas deveriam ser pagas pelo Orçamento Fiscal da União e não pela Seguridade Social", afirma.

Segundo Solon, o governo não está repassando corretamente os recursos arrecadados com o Cofins e a Contribuição sobre Lucros Líquidos das Empresas, que deveriam ser usados para pagar benefícios rurais e assistenciais, como renda vitalícia. "Se a União repassasse o valor integral arrecadado com esses impostos, a Previdência Social teria um saldo em janeiro deste ano de R$6,960 bilhões, que poderiam ser repassados para a Saúde. A verba da Previdência, no início do ano, se resumia a R$333 milhões.

Álvaro Solon afirma ainda que o desvio e uso incorreto das verbas são de conhecimento da maioria dos deputados, já que todos os representantes do Legislativo têm acesso ao Sistema Integrado da Administração Financeira, que registra todos os gastos do Executivo. "Isso representa o descaso dos representantes do povo com a própria população" , ressalta.

Fonte: Estado de Minas - pág.27 - 17/05/97

Saídas para a Crise

"Conversei hoje com o reitor da UFMG, mas não fomos avisados de que o hospital estava restringindo o atendimento em 70%, o que considero muito preocupante. O HC concentra atividades do SUS e, portanto, o compromisso maior de resolver a crise é do Ministério da Saúde."

Abílio Afonso Baeta Neves
Secretário de Educação Superior do MEC

"O hospital está sob a administração do Ministério da Educação, que poderia responder com mais propriedade. O contato do MInistério da Saúde com o Hospital das Clínicas será feito através do secretário estadual de Saúde."

Antônio Werneck
Secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde

"O problema do Hospital das Clínicas é uma questão de reavaliar custos e se integrar mais ao sistema de saúde. Não é possível que um hospital que tem 70% da folha de pessoal paga pelo MEC, 75% de adicional sobre a fatura para incentivo ao ensino e pesquisa, além de um aporte de R$300 mil de Fundo Municipal de Saúde, esteja se inviabilizando. Se for assim, e os Outros?"

José Rafael Guerra
Secretário de Estado da Saúde de Minas Gerais

"Como hospital de alta complexidade e de ensino, o HC não pode ser comparado a qualquer outra instituição, assim como merece ter uma sustentação orçamentária diferenciada. Pessoalmente, sou favorável a um repasse diferenciado da tabela do SUS para o Hospital das Clínicas."

Célio de Castro
Prefeito de Belo Horizonte, médico

"Sempre que há crise, acusa-se o Hospital das Clínicas de ineficiência administrativa. Mas, no momento, vivemos dois paradoxos. Como temos recursos de investimento, podemos chegar ao final do ano como um dos hospitais mais bem equipados e, ainda, com recursos humanos de primeiríssima categoria. Porém, não temos dinheiro para o custeio. Esse é o nosso problema."

Walter Antônio Pereira
Diretor- clínico do Hospital das Clínicas da UFMG

"Os governos Estadual e Federal têm de se responsabilizar, também, pelo financiamento do HC, que hoje atende a uma parcela significativa da população. A saída para a crise passa pela permanência do HC como uma alternativa pública de atendimento pelo SUS."

Jader Campomizzi
Coord. da Câmara Téc. Financ. do Cons. Municipal de Saúde e representante dos médicos no Conselho Estadual de Saúde

"A saída para o HC é integrar-se completamente ao SUS. É preciso que se democratize a gestão do hospital, através de um conselho gestor paritário e deliberativo, formado por trabalhadores, usuários, a Universidade e o Município."

Temístocles Marcelos Neto
Membro da Comissão de Saúde da CUT em Minas e diretor do Sind-Saúde

"A saída dessa crise envolve melhorar os instrumentos de gestão e repensar o sistema alternativo de saúde, segundo o qual quem pode pagar terá de contribuir para o financiamento do sistema. Dentro da lógica atual, não acredito numa solução, a menos que haja uma explosão de solidariedade do povo."

Carlos Eduardo Ferreira
Presidente da Associação de Hospitais de Minas Gerais e da Federação Brasileira de Hospitais

"A alternativa atualmente vislumbrada, de deixar o HC "competir" no mercado, seja em que forma organizacional que for, trabalhando para o SUS ou para os agentes financiadores de serviços de assistência médica privados sem uma dotação orçamentária adequada, não assegura o cumprimento das suas funções e é suicida pois o HC não é competitivo para conseguir sobreviver nestas circunstâncias e coloca em risco sua existência e os cursos da UFMG cujos currículos são baseados em atividades hospitalares, principalmente os de Medicina e de Enfermagem."

Prof. Wellington Morais de Azevedo
Professor Adjunto da Faculdade de Medicina da UFMG
Coordenador do Serviço de Transplantes de Medula Óssea do HC-UFMG

"Pensar uma saída para a crise do Hospital das Clínicas implica em que o Estado amplie seus recursos para a Saúde e a Educação, que têm sido sistematicamente reduzidos desde o governo de Fernando Collor.
Portanto, há a necessidade de se ampliar os recursos para o SUS, para que ele pague suas contas em dia e possibilite aos seus usuários usufruírem de um atendimento médico de qualidade. Além disso, é necessário que o MEC garanta o pagamento da Folha de Pessoal, permitindo que o ensino e a pesquisa possam continuar sendo desenvolvidos."

Maria Dirlene Trindade Marques
Presidenta da APUBH - S. Sind.

A Sociedade se mobiliza em defesa do HC

Diversos segmentos da comunidade mineira deflagraram ações contra o fechamento do Hospital das Clínicas da UFMG, em demonstração da real necessidade dos serviços assistenciais de pesquisa e de ensino realizados nesta instituição

Com 70% de sua capacidade paralisada, a crise no HC se tornou pública ainda no mês de abril, quando a imprensa mineira relatou a ameaça de paralisação das internações devido à divida com os fornecedores. No dia 23 de abril/97, o diretor Juarez Oliveira Castro foi a Brasília para uma reunião com a Secretaria Executiva do MEC, em busca de alternativas para sanar o *déficit* financeiro do HC. Na ocasião, o diretor pleiteava o pagamento dos salários de 600 dos 2.200 servidores do HC que dependem de recursos do próprio hospital. Estes funcionários foram contratados para ocupar as vagas deixadas pelos funcionários aposentados e afastados e que não foram preenchidas devido à falta de autorização, pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE, para a realização de concursos públicos. Paralelamente, a direção do HC também buscou apoio nas esferas municipal e estadual. Nesse momento a dívida do HC era de R$12 milhões, sendo que R$7 milhões já estavam vencidos.

No fim do mesmo mês, a Faculdade de Medicina da UFMG anunciava o comprometimento dos cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional devido à ameaça de fechamento do hospital. Enquanto isso, o HC continuava a atender, mesmo precariamente, 1.200 pessoas diariamente em consultas programadas e 300 no atendimento de urgência e emergência, além do mantenimento de 432 leitos.

No dia 29, foi realizado um ato público em defesa do Hospital das Clínicas promovido pelos Diretórios Acadêmicos da Medicina, Enfermagem, ICB e Fisioterapia, DCE, Sind-IFES, APUBH-S. Sind., Associação dos Médicos Residentes do HC, Sindicato dos Médicos, Câmara Municipal representada pela vereadora Jô Moraes e a população de Belo Horizonte. Centenas de pessoas participaram da manifestação que ocorreu depois de uma visita de solidariedade ao HC, que reuniu políticos e representantes dos usuários do hospital e de entidades como a Associação Comercial de Minas e o Movimento das Donas-de-Casa.

Num lance inesperado, os manifestantes tomaram uma pista da Av. Alfredo Balena e saíram em passeata até a Afonso Pena, na altura do Automóvel Clube. Com o reforço de um carro de som, os manifestantes gritavam que "O hospital tem de viver" e perguntavam ao presidente FHC: "Cadê o dinheiro?" Em seguida, a passeata retornou à Av. Alfredo Balena e foi encerrada ao som do Hino Nacional.

O ato público contou com um abraço solidário ao HC, seguido de uma passeata pela região hospitalar.

No dia 30, foi suspensa a visita dos técnicos da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e dos Desportos (MEC), uma das últimas esperanças do HC. Na ocasião o reitor Tomás Aroldo da Mota Santos declarou à imprensa que a UFMG já havia adiantado R$4 milhões, referentes às dívidas do SUS, para garantir o funcionamento do HC e que a UFMG não dispunha de mais recursos para salvar o hospital.

Enquanto isso, a diretora administrativa do HC, Lismar Campos, constatava a falta de medicamentos básicos no hospital, o que inviabilizava o atendimento.

No dia 01 de maio, o hospital anuncia a redução de 70% de todos os atendimentos. Sem medicamentos e material de consumo, foram suspensas consultas, internações e cirurgias programadas. Também os setores de hemodiálise e quimioterapia foram afetados. Enquanto isso, o secretário estadual de Saúde, José Rafael Guerra, desafiava a diretoria do HC a fechar as portas. A reação das mães de usuários do HC foi imediata e um Manifesto de Indignação, assinado por mais de 6 mil pessoas, foi enviado ao gabinete do secretário, através de uma iniciativa de duas mães de crianças internadas em enfermarias do HC, Cláudia dos Santos e Renívea Aparecida dos Santos, que registraram a Associação dos Funcionários do HC, com o objetivo de defender o interesse dos usuários, sobretudo os mais carentes.

No dia 06 de maio, o DA da Escola de Medicina declara na mídia: "Salvar o hospital das Clínicas a todo custo". Esta é a palavra de ordem do movimento de apoio deflagrado pelos alunos, professores e funcionários.

Com o lema "Solidariedade, esse é o remédio que o Hospital da Clínicas espera conseguir dos belorizontinos com urgência",

foi lançada uma campanha de doação entre a população da cidade: "Doe um real, salve um hospital ". Foi realizado, no dia 8 de maio/97, o Dia Municipal de Doações. Foram instalados postos de doação: na Praça da Estação; Praça da Rodoviária; Posto da Belotur; Correios- Agência central; praça da Savassi; Parque Municipal; Shopping Cidade; BH Shopping; Central Shopping; Metrô Eldorado; CEFET; Colégio Pitágoras; Av. Prudente de Morais; Fac. Integradas Newton Paiva; SIMPRO; Mercado Central; Supermercado Mineirão (Rua Marquês de Valença); Extra Supermercados; Secretaria Municipal de Saúde; Assembléia Legislativa; AMAS; Adm. Regional Pampulha; Campus da UFMG; Campus Saúde, dentre outros, e aberta a conta corrente 98000-4, ag. 3609-9 (Saúde) do Banco do Brasil, para o recebimento de doações .

A Campanha se alastrou, e já no dia 07, recebe o apoio de participantes de uma assembléia na Associação Comercial de Minas e a autorização da Ademg para a extensão da campanha de doações ao clássico Atlético e Cruzeiro no Mineirão. A federação das Indústrias - Fiemg também visitou a diretoria do HC para iniciar estudos sobre investimentos no hospital. Enquanto isso, o Sistema Mineiro de Rádio apoiou o "Movimento Vida ao Hospital das Clínicas", idealizado pelo vereador Betinho Duarte (PT), em consonância com o Fórum em Defesa do HC, veiculando na mídia os telefones: 202-2205, para doar R$5,00; 202-2210; R$10,00 e 202-2220; R$20,00.

Em 09 de maio, o prefeito Célio de Castro, na condição de coordenador da Frente Nacional de Prefeitos, foi recebido pelo presidente FHC, quando afirmou que o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF, criado por emenda constitucional com o nome de Fundo Social de Emergência, ainda no governo Itamar Franco, estava minando a receita dos municípios, principalmente em relação às verbas para a saúde, já que metade do dinheiro arrecadado com o Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, estava sendo gasta para tapar rombos da Previdência. Em contrapartida, FHC sugeriu a criação de um novo imposto, semelhante à CPMF, para financiar a saúde municipal, assegurando mais recursos para o Fundo Municipal da Saúde.

No dia 16 de maio, a OAB, o Sindicato dos Médicos/MG, o Movimento Nacional SOS SUS, entraram com ações na justiça, pela denúncia da deputada federal Jandira Feghalli (PC do B - RJ), de que R$200 milhões relativos ao CPMF foram desviados para o FEF, que é composto de 20% do orçamento de cada pasta. A proibição de aplicação das contribuições em despesas do tesouro está prevista no artigo 149 da Constituição Federal. A constituição estabelece que as contribuições só podem ser utilizados com o fim para o qual foram criadas, como é o caso da CPMF, cuja destinação é vinculada exclusivamente à saúde.

De acordo com a planilha de aplicação de recursos, obtida pelo Sindicato de Médicos/MG, de R$3,375 bilhões, apenas R$1,133 bilhões foram destinados às áreas fins da Seguridade Social. Outros R$2,142 bilhões foram distribuídos entre o Gabinete da Presidência da República, que ficou com R$47,7 milhões, o Ministério da Fazenda, com R$336 milhões; o da Aeronáutica, com R$251,6 milhões e o Ministério das Relações Exteriores, com R$12,28 milhões, dentre outros.
como o pagamento da dívida do

O Sindicato também denunciou mecanismos mais sofisticados para o desvio das verbas do CPMF,

governo com o Fundo do Amparo do Trabalhador - FAT. Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos, Ricardo Menezes, a preocupação com a aplicação dos recursos obtidos através do CPMF teve início com a crise do Hospital das Clínicas.

No mesmo dia, morreu André Cristian de Souza Pereira, seis anos, que tornou-se o símbolo da campanha em defesa do Hospital das Clínicas, vítima de fibrose cística (ou mucoviscidose). O drama do garoto que passou grande parte de sua vida entre a sua casa e o

Hospital das Clínicas - o único de Minas Gerais onde encontrou alento, remédios, especialistas e um leito sempre pronto a recebê-lo durante as inúmeras crises - comoveu Belo Horizonte e serviu de alerta para o caos do HC.

Diante do quadro caótico instalado, o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, deu o prazo de uma semana para o envio de R$2,4 milhões ao HC, sendo R$1.964 mil para a instituição, além de mais R$300 mil referentes ao abono de 25% que deveria ter sido pago em julho do ano passado. O ministro também anunciou que assinaria, junto com o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, a criação de uma comissão para avaliar as condições do HC, em especial no que se refere à sua administração. A proposta foi aceita com naturalidade pelo diretor do hospital, Juarez Castro, que já havia levado, junto com o reitor Tomás Aroldo da Mota Santos, a sugestão da criação dessa comissão ao ministro. "Queremos que a comissão venha, assim acabaremos com os boatos de má administração", respondeu.

"Ainda lutamos por um hospital público de qualidade".

No dia 15 de maio, a mídia impressa anunciava: "Clínicas nas mãos de FHC". A PBH não dispunha de mais recursos para repassar ao Hospital e a Secretaria de Estado da Saúde havia firmado um convênio destinando R$ 300 mil mensais ao HC e não havia mais a possibilidade de novos aportes. Os deputados da bancada mineira aproveitaram a visita de FHC a BH - muito vaiado em todos os locais por onde passou - para entregar-lhe um documento sobre o hospital e exigir providências. Enquanto isso, o presidente inaugurava, com toda pompa e ainda sob vaias, o hospital privado Sarah Kubitscheck, localizado na avenida Amazonas, 5.953. Na mesma ocasião, os funcionários e estudantes do HC realizavam protestos durante o Encontro das Américas e foram duramente reprimidos pela polícia.

No mesmo dia, o secretário da Saúde de Minas, José Rafael Guerra, criticou novamente o gerenciamento do HC e propôs uma gestão tripartite, onde o Estado, a Prefeitura e a UFMG fariam conjuntamente a administração do Hospital. As críticas também surgiram através do líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves, que reclamou da falta de gerenciamento do hospital, e também do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Este declarou que o quadro de funcionários do HC está inchado. As críticas dos três políticos revelaram, claramente, mais uma vez, a posição do governo FHC: estrangular financeiramente o hospital, procurar desmoralizar seus funcionários, acusando-os de incompetência administrativa e apresentar como saída para o impasse a sua privatização.

No dia 19, através da imprensa, Juarez de Castro, diretor do HC, rebateu as críticas e reafirmou que aguardava a visita da comissão do MEC e do Ministério da Saúde para avaliar o Hospital. Além disso, o diretor denunciou a pressão feita para a privatização do HC e concluiu:

Em 21 e 22 de maio, 46 diretores de hospitais-escolas federais participaram do "1° Encontro de Diretores de Hospitais Universitários e de Ensino da Andifes", realizado na Faculdade de Medicina da UFMG. Imediatamente após o Encontro, eles redigiram a Carta de Belo Horizonte, que foi encaminhada ao ministro Paulo Renato. Além do Hospital das Clínicas de Belo Horizonte, a crise financeira ameaça também os hospitais de Curitiba, Fortaleza, João Pessoa e Campo Grande.

Os estudantes da área de Saúde confirmaram a inviabilidade das disciplinas de Semiologia (5° período); Ginecologia (7°); Obstetrícia e Cirurgia Ambulatorial (8°). Eles exigiram a solução do problema do HC, ou a paralisação das disciplinas, além do impedimento de matrícula dos novos alunos no 2° semestre/97.

No dia 24, a Açominas doou R$ 50 mil, através da campanha de solidariedade ao HC. Até o encerramento do mês de maio, apesar das doações, nenhuma solução efetiva e duradoura foi tomada para sanar o problema do Hospital das Clínicas. A situação se agravou a tal ponto que, no dia 02 de junho, em reunião extraordinária, a Congregação da Faculdade de Medicina decidiu suspender todas as atividades do chamado ciclo profissionalizante, que compreende os quatro últimos anos de formação - mais da metade deles passada dentro do hospital universitário -, deixando em estado grave a formação de pelo menos 1,4 mil alunos do 5° ao 12° períodos. A medida teve por objetivo preservar a qualidade do curso, que já recebeu, há alguns anos, o título de "Centro Colaborador da OMS".

Até agora, a mobilização dos alunos, funcionários, professores, usuários e de parte da sociedade civil sensível à possibilidade de se perder um hospital com as características do HC, onde se integram a qualidade do ensino, a pesquisa e a extensão, não sensibilizou o governo FHC. Somente a intensificação e a ampliação dessa mobilização poderão trazer uma solução mais duradoura.

Hospitais Universitários se unem

Encontro que reuniu diretores das instituições elabora carta de reivindicações comuns

O I Encontro dos Diretores de Hospitais Universitários e de Ensino que terminou hoje em BH resultou na elaboração de um documento, a Carta de Belo Horizonte, que será encaminhada ao presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), Tomás Aroldo da Mota Santos, e posteriormente aos ministérios da Educação e Saúde.

Os pontos levantados na Carta são comuns às 46 instituições. "Juntamos nossos esforços para apresentar reivindicações comuns. Futuramente, poderemos ser comparados, tendo critérios semelhantes: mesma situação de compra e qualidade de ensino", observou o diretor do Hospital das Clínicas, Juarez Oliveira Castro.

A absorção da folha de pagamento dos funcionários contratados das fundações de apoio ou através de recursos próprios, enquanto se aguarda a liberação de vagas, é um ponto da Carta de BH. "Se os hospitais continuarem a assumir a folha de pagamento ficarão cada vez mais endividados. Caso seja atendida essa reposição de vagas (hoje são 477 no HC), nosso débito desaparece", garantiu Castro.

Os dirigentes também querem que seja estabelecido, em caráter de emergência, um quadro de pessoal, baseado em indicadores acadêmicos e de eficiência gerencial, que assegure o papel de formação de profissionais para a área de Saúde. O Colegiado de Diretores Gerais também pede o reajuste salarial, incluindo as funções de direção. Segundo Juarez Castro, os salários estão desajustados há três anos. "Está havendo um êxodo de pessoal devido à desvalorização da função. Cargos importantes como motorista, assistente de caldeira, ascensorista estão desaparecendo e estamos tendo que terceirizá-los. O MEC então deve também assumir esse gasto", disse.

Na Carta, entre itens reivindicados estão manutenção das instalações de equipamentos dos Hospitais Universitários garantida pelo MEC; orçamento específico para os hospitais a ser incluído no das universidades; implementação de um programa de investimento contínuo, em obras e equipamentos.

O pagamento do reajuste de 25% ainda devido aos hospitais é exigido em cota única. "Hoje o Ministério paga 25% dos mês atual e repõe os 25% atrasados desde maio de 96. Apesar de maio e junho já terem sido pagos", observou Castro.

A autonomia universitária também foi reivindicada, buscando-se mecanismos específicos que permitam sua flexibilidade administrativa e financeira, e utilizando-se sempre que possível das fundações de apoio.

Reposição do quadro de Pessoal

Em todo o país, os 46 hospitais universitários possuem 3.500 salas, 350 centros cirúrgicos, 11.240 leitos comuns e 590 leitos de UTI. Mensalmente, são feitas 182 mil internações, 3,9 milhões de consultas ambulatoriais, 1.106.900 atendimentos de urgência, 91,2 mil cirurgias ambulatoriais, 102.500 cirurgias em centros cirúrgicos, 130.300 altas, tendo ocorrido 6.050 óbitos, e R$ 151,7 milhões de recursos recebidos através do SUS.

São 5,2 mil docentes, 4,7 mil médicos não-docentes, 47,2 mil técnicos administrativos e de apoio, 3,5 mil médicos residentes e 4,6 mil alunos (internos). A média de funcionários por leito é de 5,2. Por mês são gastos cerca de R$305 milhões para pagamento de pessoal. Hoje existem 307 teses de mestrado em andamento, 292 de doutorado também em andamento e 1.020 pesquisas sendo feitas.

A vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde, Leonor Gonçalves, baseada na Execução Orçamentária e Financeira de 96, explicou que, no ano passado, os 46 hospitais universitários receberam R$352.971.103,00 da União. Já as quatro instituições da rede Sarah Kubitschek receberam no mesmo ano R$184.822.400,00. "Em 97 os recursos foram reduzidos para os hospitais próprios e aumentados para os da rede Sarah, que não são da rede pública", observou Leonor. Neste ano os hospitais universitários recebem R$261.782.762,00 e os da rede Sarah, R$191.513.000,00.

CRÍTICAS

"As denúncias foram efetivamente apresentadas na reunião do Conselho Estadual de Saúde nos dias 8 e 9 de maio, mas também serão levantadas na reunião do Conselho Nacional, nos dias 5 e 6 de junho", adiantou Leonor.

Ela também acusa a União de gastar menos do que o permitido com recursos de pessoal. "A União gasta apenas 40% do orçamento com pessoal, sendo que a lei permite gastar até 60%. Se não houve aumento nos últimos três anos, podemos justificar a reposição do quadro de pessoal. Sobram 20%. O problema não é recurso para absorção de pessoal, porque existe meio para regularizar a situação", criticou Leonor.

Fonte: Jornal Hoje em Dia - pág.12 - 23/05/97

Carta de Belo Horizonte

O Colégio de Diretores Gerais dos Hospitais Universitários e de Ensino da ANDIFES, em sua primeira reunião ordinária realizada em Belo Horizonte, nos dias 21 e 22 de maio de 1997, e após minuciosa análise da situação crítica pela qual passam os HU's, em termos de Financiamento e de Recursos Humanos, comprometendo suas duas atividades básicas, Ensino e Assistência, resolve :

1) Recursos Humanos

a) Que o MEC absorva, em caráter excepcional, a folha de pagamento dos funcionários contratados nas fundações de apoio, ou através de recursos próprios, enquanto se aguarda a reposição de vagas;

b) Que seja estabelecido, em caráter de emergência, um quadro de pessoal baseado em indicadores acadêmicos e de eficiência gerencial que assegure o seu papel de formação de profissionais para a área de saúde;

c) Que a reposição do quadro de pessoal seja por concurso público, de forma permanente, de modo a preservar o quadro próprio dos Hospitais;

d) Que seja elaborado um contrato temporário, à semelhança do que existe para Professor Substituto, visando suprir emergencialmente as vagas existentes;

e) Que seja feito urgentemente o reajuste dos salários e das funções de direção, bem como aumento do número de funções gratificadas visando melhor adequação à estrutura organizacional vigente;

f) Que seja criada uma rubrica específica no sistema SIAPE que permita o pagamento de plantões hospitalares, e que tais recursos sejam garantidos pelo MEC.

2) Financiamento

a) Que a manutenção das despesas de custeio seja feita às expensas de recursos advindos de convênios firmados com o SUS e outros;

b) Que o FIDEPS seja estendido a todos os níveis de atendimento dos pacientes do SUS;

c) Que a manutenção das instalações e equipamentos dos HU's seja garantida pelo MEC;

d) Que haja um orçamento específico para os Hospitais, a ser incluído no das Universidades;

e) Que seja implementado pelo MEC um programa de investimentos contínuo, em obras e equipamentos no âmbito dos HU's;

f) Que haja também participação do Ministério da Ciência e Tecnologia na implantação do programa de investimentos contínuos em equipamentos;

g) Que o SUS repasse aos HU's os recursos correspondentes a todos os serviços prestados, sem as limitações de um teto financeiro predeterminado;

h) Que o pagamento do reajuste de 25%, ainda devido aos Hospitais, seja feito em cota única;

i) Que seja considerado um parcelamento da dívida fiscal dos HU's.

3) Gestão

a) Que a gestão dos Hospitais Universitários seja feita dentro dos princípios da autonomia universitária, buscando-se mecanismos específicos que permitam sua flexibilidade administrativa e financeira, e utilizando-se sempre que possível das fundações de apoio.

4) Informatização

a) Que seja implementado um programa de informatização pelo MEC, à semelhança do que foi instaurado para a modernização de equipamentos.

Os Diretores Gerais dos Hospitais Universitários e de Ensino da ANDIFES estão certos de que contarão com a costumeira sensibilidade das autoridades ministeriais no sentido de equacionarem, da melhor maneira possível, os problemas sociais e educacionais advindos da difícil situação pela qual passam as Instituições por eles dirigidas.

Hospital das Clínicas: uma referência diante do caos da Saúde Pública

A importância do Hospital das Clínicas para a população de Minas Gerais fica patente diante das declarações de pessoas que utilizam suas dependências e necessitam dos serviços por ele prestados para sobreviverem. Dramáticas e carregadas de emoção, essas declarações espontâneas, veiculadas pelos jornais de Belo Horizonte, falam por si e nos levam a uma reflexão em que nossa sensibilidade é aguçada diante dos flagelos que atingem a muitos de nós, cidadãos, que não possuem outros recursos disponíveis:

"Ontem (quarta-feira, dia 30/04), eu chorei quando vi da janela a passeata dos funcionários e estudantes passando. Este hospital é a nossa casa. Se fechar, para onde vou com minha filha?", perguntava Margarida Pereira, sem encontrar uma saída.
(Declaração de Margarida Pereira, 35 anos, ex-balconista de farmácia que largou o emprego para tentar salvar a vida de sua filha Jamily Lalesca, de um ano e oito meses, que sofre de insuficiência renal crônica, tem oxalato nos ossos, corre risco de vida e não pode realizar uma cirurgia para a retirada de três hérnias por falta de material e medicamento) - ***Estado de Minas - pág. 27 - 01/05/97***

"Temos pacientes de risco com chances reais de cura. Eles dependem da tecnologia e da mão-de-obra especializada do HC para ter direito a uma vida normal. Se fecharmos esta porta, estaremos negando a eles a única chance que têm de sobreviver", lamentou Eliel. *(Eliel Rodrigues, 28 anos, residente de Pediatria no HC)* - ***Estado de Minas - pág. 27 - 01/05/97***

"Por tudo que a gente vive e assiste aqui, não dá para acreditar no que está acontecendo. Vivíamos a ilusão de que os governantes tinham a exata noção da importância e a dimensão do trabalho realizado pelo HC em todo o Estado", disse, frustada, Denise Carvalho.
(Denise Carvalho de Souza, 27 anos, residente em Pediatria no HC.) - ***Estado de Minas - pág. 27 - 01/05/97***

"É um horror. É o caos", balbucia Cleide Verônica, enquanto prepara um doente para uma sessão de hemodiálise. "A situação do hospital sempre foi difícil, mas nunca assisti a uma crise como esta. O HC atende a população de baixa renda. Onde eles vão ser atendidos, meu Deus? Cadê o dinheiro dó CPMF? Não estamos pagando este imposto para melhorar a Saúde? Estou totalmente desacreditada. Não tenho mais esperança nos nossos governantes", queixou-se. (Cleide Verônica, 33 anos, técnica em enfermagem, 12 anos trabalhando no HC. Ela esquece que corre o risco de perder o emprego e toma as dores dos pacientes quando protesta contra o descaso do governo com a saúde) - ***Estado de Minas - pág. 27 - 01/05/97***

"As autoridades precisavam deixar os gabinetes e visitar uma de nossas enfermarias. Precisavam conhecer de perto a realidade das pessoas que dependem do HC. Não é possível que vá faltar sensibilidade a eles neste momento", afirmou Ângela Debarry . (Ângela Debarry, analista de O&M do HC, que participou da passeata que tentou sensibilizar a sociedade e o poder público para a crise) - *Estado de Minas - pág. 27 - 01/05/97*

"Até o abraço ao hospital, não tinha idéia do tamanho dessa crise. Até então, as enfermarias estavam cheias e a gente não sentia falta de nada. Foi no dia seguinte, quando vi o secretário de Saúde desacreditar no fechamento, que fiquei indignada", conta Cláudia dos Santos. (Mãe de Glenda, 10 anos, no hospital desde fevereiro com uma doença que a está impedindo de andar e referindo-se ao secretário estadual, José Rafael Guerra) - ***Estado de Minas - pág.26 - 07/05/97***

"Até minha família precisar, eu não tinha a menor idéia da importância desse hospital para a sociedade. Hoje, defendo o HC, pois nem dá para imaginar onde meu marido seria atendido se aqui fechar. O médico já nos disse que, até agora, o tratamento já custou R$100 mil", depõe Regina Ribeiro Medeiros. (Ex-bancária, que acompanha o marido internado no 3º andar do HC com leucemia) - ***Estado de Minas - pág.26 - 07/05/97***

DIRETORIA DA APUBH
GESTÃO 95/97

PRESIDENTA
Maria Dirlene Trindade Marques

1ª VICE-PRESIDENTA
Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova

2º VICE-PRESIDENTE
Luiz Humberto Pinheiro

1ª SECRETÁRIA
Danusa Dias Soares

2ª SECRETÁRIA
Rosemary Dore Soares

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli

2º TESOUREIRO
João Maurício Lima Figueiredo Mota

1ª SUPLENTE
Vera Lúcia Tomaz Fróes

2ª SUPLENTE
Vera Lúcia Fernandes

FICHA TÉCNICA

TEXTO:
Maria Dirlene Trindade Marques
Ivaldo dos Reis Costa

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Ivaldo dos Reis Costa - MTb - 4.740

DIGITAÇÃO:
Rogério Sapucaia de Souza
Mary Oliveira de Assis

REVISÃO:
João Carlos de Melo Mota

APOIO:
Fernanda Veloso Torres
Cleusa Ferreira Santos
Sérgio Sidnei Vespasiano
Giuliano de Paula Belchior
Maria Vilma dos Santos
Nelson Baumgratz

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:
Nilson Ferreira Freitas

IMPRESSÃO:
SEGRAC

TIRAGEM:
8.000 exemplares



APUBH

Associação Profissional dos
Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES-SN